

As Percepções dos(as) Psicólogos(as) que Atuam na Clínica Sobre o Atendimento a Mulheres em Situação de Violências

Larissa Gabrielle de Oliveira¹  e Maiara Leandro² 

Faculdades ESUCRI, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

Resumo: Esta pesquisa objetivou compreender as percepções dos(as) psicólogos(as) no atendimento a mulheres em situação de violência, analisando as suas possíveis contribuições e as estratégias utilizadas para auxiliá-las na superação desta violência, os desafios enfrentados neste processo e verificando como ocorre o trabalho intersetorial. Esta pesquisa foi de natureza exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa. Foi utilizado, como instrumento, um questionário *on-line* por meio do Google Forms, e dele participaram 64 psicólogos(as). Com isto, obteve-se, como principais resultados, o acolhimento como uma das principais técnicas utilizadas para contribuir para a diminuição das violências e para a ressignificação destas experiências. A rede de apoio informal pode representar tanto um desafio, por encontrar-se, às vezes, fragilizada, quanto uma contribuição fundamental, quando fortalecida, no processo de recuperação e de suporte à mulher. Conclui-se que o acolhimento é fundamental para criar um ambiente seguro e uma escuta sensível, permitindo que estas mulheres estabeleçam um vínculo de confiança. Além disso, uma rede de apoio eficaz é essencial para fortalecer a mulher. É igualmente importante o trabalho intersetorial, o qual integra diversos serviços na rede de apoio formal, proporcionando resultados mais efetivos para estas mulheres.

Palavras-chave: mulheres, psicólogo(a), rede de apoio, violências

Psychologists' Perceptions About The Care For Women In Violent Situations

Abstract: This research aimed to understand the perception of psychologists in the caring of women in situations of violence, analyzing their likely contributions and strategies used to assist them overcome this violence, the challenges faced in this process as well as to verify how intersectoral work occurs. The research was exploratory and descriptive, with a qualitative approach. An online questionnaire by means of Google Forms was used as a research instrument and 64 psychologists took part. As a result, the main outcomes obtained were that support is one of the main techniques used to contribute to the reduction of violence and the redefinition of these experiences. The informal support network might represent both a challenge because it is sometimes weakened, and a fundamental contribution, when strengthened, in the process of recovery and empowerment of women. We may conclude that support is essential to create a safe environment and sensitive listening, which in turn allows these women to establish a bond of trust. In addition, an effective support network is highly essential to strengthen women. Intersectoral work is equally important, which entangles diversified services in the formal support network, which provides more effective results for these women.

Keywords: women, psychologist, support network, violence

¹ Graduada em Psicologia pelas Faculdades ESUCRI, Criciúma (SC), Brasil. *E-mail:* larissagbolv@gmail.com

² Doutora em Psicologia. Docente nas Faculdades ESUCRI, Criciúma (SC), Brasil. *E-mail:* maiara.leandro@esucri.com.br

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 5) definiu a violência como: “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

Segundo a pesquisa “Visível e Invisível”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), 43% das mulheres com mais de 16 anos já sofreram algum tipo de violência. As principais formas de violências destacadas foram: a Psicológica (32,6%), a Física (24,5%), a Sexual (21,1%), a de ser forçada a ficar sozinha ou impedida de se comunicar com amigos e familiares (12,9%) e a de ter acesso negado a recursos básicos, como assistência médica ou dinheiro (9,8%).

A violência contra a mulher decorre da relação de poder que está na base estrutural da sociedade. As reivindicações das mulheres pelos direitos humanos vêm ocorrendo há muito tempo e expressam a busca pela dignidade diante de um sistema patriarcal que, de modo contínuo, as nega e as submete à violência (Cisne, 2015).

Desde meados do século XX, as mulheres brasileiras intensificaram a busca pelos seus direitos políticos. A Constituição de 1891 não mencionava explicitamente que as mulheres não poderiam participar do processo eleitoral, mas a sua ambiguidade permitiu interpretações as quais, na prática, excluíram as mulheres do direito ao voto. Somente em 1932, foi promulgado o Código Eleitoral, garantindo às mulheres o direito de votar e o de serem votadas, ainda de forma facultativa (Buonicore, 2009; Zanão, 2024).

O Código Civil de 1916, vigente durante muitas décadas no Brasil, refletia uma sociedade marcadamente patriarcal. Os direitos das mulheres eram limitados e subordinados à figura do marido, a quem era atribuído o poder sobre a esposa e sobre os filhos. Esta desigualdade se evidenciava, por exemplo, na obrigatoriedade de a mulher adotar o sobrenome do marido, reforçando a ideia de que era propriedade dele. Apenas em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei

nº 4.121/62), iniciou-se uma mudança significativa, conferindo às mulheres uma maior autonomia civil. Já a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977) representou mais um avanço, ao regulamentar a dissolução do casamento e assegurar direitos importantes, como a possibilidade de a mulher retomar o seu sobrenome de solteira, caso fosse de sua vontade, estabelecendo, assim, maior liberdade e o poder de escolha (Paula & Riva, 2018).

Somente a partir da década de 1980 começam as reivindicações, feitas por feministas, as quais reuniram pesquisadores de diferentes áreas para produzir estudos sobre a violência contra a mulher. Estas iniciativas contribuíram para dar uma maior visibilidade ao tema, ampliando a compreensão sobre as suas causas e consequências. Além disto, este movimento passou a cobrar do Estado uma visibilidade, um maior envolvimento e as ações concretas na luta contra a violência, destacando a necessidade de políticas públicas efetivas para combater este problema. Em 2002, a OMS declarou a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e um grave problema de saúde pública. Somente em 2006, foi criada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), visando promover o direito das mulheres (Curia et al., 2020; Silva et al., 2020).

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, o qual é desencadeado por diversos fatores. É fundamental reconhecer como a construção social do ser feminino contribui para essa violência. Historicamente, as mulheres foram vistas como frágeis, necessitando de proteção, e frequentemente apresentadas como dependentes dos seus maridos, com as suas potencialidades minimizadas em comparação com as do gênero masculino. Em contraste, os homens frequentemente detinham o poder de determinar normas e punir comportamentos que fugissem desses padrões. Essa construção social influencia ainda hoje as relações afetivas. Além disso, a violência contra a mulher por vezes é transgeracional, ou seja, a criança aprende com a família o modo de se relacionar com o parceiro ou parceira na vida adulta, reproduzindo, assim, ou naturalizando comportamentos violentos (Falcke & Wagner, 2014). Embora qualquer mulher possa ser vítima de violência doméstica, fatores como classe social, raça, cultura e

religião podem influenciar a vulnerabilidade e a forma como a violência é vivenciada e abordada (Schraiber & D'Oliveira, 2008; Fraga, 2012; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP], 2013; Souza & Silva, 2019).

O processo de rompimento da violência contra a mulher pode ser dificultado por diversos fatores. Muitas vezes, a mulher sente vergonha e culpa por estar na situação em que se encontra, o que pode levá-la a isolar-se de familiares e amigos. Além disso, a falta de conhecimento sobre os seus direitos e os serviços disponíveis para assistência, bem como as ameaças feitas pelo parceiro, podem contribuir para a sua dificuldade em buscar ajuda. A dependência emocional e financeira em relação ao parceiro também pode ser um obstáculo significativo. Muitas vezes, as vítimas preocupam-se com o bem-estar de seus filhos e temem o impacto que uma separação poderá ter sobre eles. Outro fator crítico é a dificuldade em reconhecer os atos de violência e compreender que estão em um ciclo de violência (Souza & Silva, 2019; CREPOP, 2013; D'Oliveira & Schraiber, 2013; Silva et al., 2012; Audi et al., 2009).

A violência geralmente ocorre em forma de ciclo e se manifesta em três fases: a primeira fase é a da tensão, momento em que o homem começa a ficar mais irritado e a fazer ameaças à mulher; a segunda, a da explosão, na qual a tensão acumulada se transforma em violência (de todos os tipos); e a terceira, a da lua de mel, na qual ele diz que está arrependido e que vai mudar o seu comportamento (que geralmente acontece de forma temporária), e começa a demonstrar afeto. Cria-se um contexto em que a mulher não consegue sair desse ciclo, pois começa a achar que o que acontece ali é o "normal", demorando um tempo para que consiga ressignificar essas violências (CREPOP, 2013).

As redes de apoio são muito importantes no processo de rompimento e de ressignificação das violências. São divididas na rede de apoio informal e na formal. A primeira é formada por familiares e amigos. Contudo, é muito comum que as mulheres em situação de violência se afastem da sua rede de apoio informal, e, quando há esse distanciamento, o parceiro consegue ter mais controle sobre elas. Por isso é muito importante o fortalecimento dessa

rede, para que a mulher consiga ter acesso a todos os suportes necessários. Já a rede de apoio formal é formada por profissionais de instituições (públicas ou privadas) e serviços públicos que oferecem suporte às mulheres. Os principais serviços disponibilizados são: o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a Casa Abrigo³, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as Delegacias especializadas, entre outros (Pontes et al., 2021; D'Oliveira & Schraiber, 2013; Grossi et al., 2008; Delzियो et al., 2022).

O psicólogo ou a psicóloga que atua na clínica faz parte da rede de apoio formal, e a sua atuação com mulheres em situação de violência é muito importante e essencial, pois pode auxiliá-las a fortalecer-se e reestruturar-se emocionalmente. O foco será o acolhimento, buscando um ambiente seguro para que a mulher consiga trabalhar na reconstrução da sua autoestima, da sua autoimagem, e da sua autonomia; valorizar as suas potencialidades; buscar reconhecer os padrões em que está inserida e entender o porquê de não conseguir sair desta relação, evitando a revitimização e resgatando a sua identidade (Frederico & Gomes, 2021; Camargos et al., 2023, Brandt et al., 2023; Gomes et al., 2014).

Deste modo, esta pesquisa teve como objetivo principal compreender as percepções dos(as) psicólogos(as) sobre o atendimento a mulheres em situação de violência, para que se possa entender como se dá este trabalho e os desafios os quais são encontrados.

Método

A pesquisa foi de natureza exploratória, a qual tem como objetivo selecionar um objeto de estudo, verificando as variáveis as quais o influenciam e visando a uma investigação mais ampla, com procedimentos sistematizados e a criação de hipóteses. E também descritiva, pois tem como objetivo descrever as características de um grupo, levando em consideração as diversas variáveis. Com abordagem qualitativa, visto que aprofundará

³ A Casa abrigo é um lar temporário para mulheres que não possuem uma residência segura.

nas relações, nos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Gil, 2008; Minayo, 2001).

Participaram deste estudo psicólogos(as) que atuam na área clínica. Como critério de inclusão, foram selecionados psicólogos(as) que tenham atendido mulheres em situações de violência e que tenham, no mínimo, um ano de experiência em atendimentos clínicos. Como critério de exclusão, consideraram-se pessoas que não atuam como psicólogos(as) ou na área clínica, que não aceitaram participar da pesquisa de acordo com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que não responderam a todas as etapas do instrumento.

Utilizou-se um questionário *on-line* por meio da plataforma do Google Forms, contendo perguntas semiestruturadas. Neste instrumento, foi questionado sobre os principais desafios encontrados no atendimento a mulheres em situação de violência, como o(a) psicólogo(a) pode contribuir para a ressignificação dessas violências e como ocorre o trabalho intersetorial entre o(a) psicólogo(a) e as políticas públicas na rede secundária. Por fim, verificou-se o perfil sociodemográfico, levantando-se dados como idade, sexo, raça, estado que reside, especialização, abordagem, modalidade de atendimento e tempo de atuação na área clínica.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH). Após a aprovação sob o número do parecer número (6.994.166), divulgou-se o *link* do questionário *on-line* via Instagram e WhatsApp. Utilizou-se a técnica de “bola de neve” (*snowball sampling*), em que o participante convida outras pessoas a participar, aumentando o número de participantes na pesquisa (Flick, 2009).

Inicialmente, o participante teve acesso ao TCLE; após a aceitação em realizar esta pesquisa, respondeu às perguntas abertas sobre o tema e, por último, às referentes ao perfil sociodemográfico. Após a finalização do levantamento dos dados, foi realizada a análise de conteúdo de tipo categorial, a qual consiste em categorizar os dados, agrupando-os de acordo com as suas características; em seguida, em codificar, atribuindo códigos aos dados; e, por último, em interpretar, compreendendo os dados e identificando padrões (Bardin, 2011). Já os dados do perfil sociodemográfico foram analisados de forma descritiva.

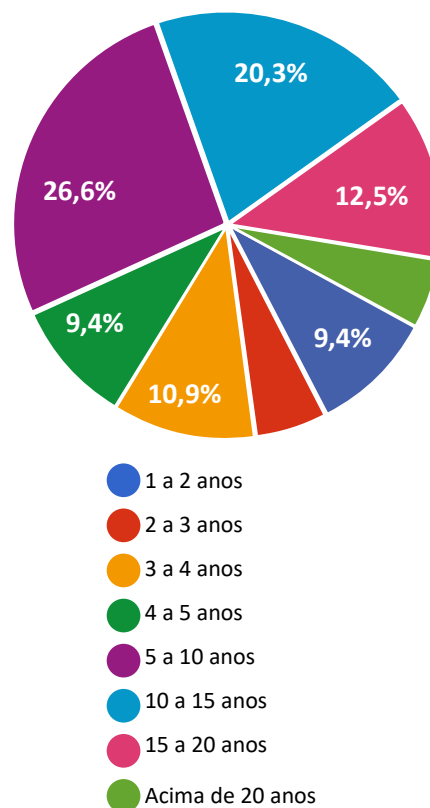
Resultados

Participaram do questionário 64 psicólogos(as) os quais atuam na área clínica há mais de um ano e atenderam mulheres em situação de violência. Em relação ao Gênero dos(as) participantes, identificaram-se: mulher cisgênero (57), homem cisgênero (6) e não binário (2). A idade variou entre: 24 e 35 anos (30), 36 e 44 anos (23), 46 e 55 anos (8), 57 e 62 anos (3). Os participantes residem nos estados de Santa Catarina (36), Minas Gerais (8), Rio Grande do Sul (8), São Paulo (5), Paraná (3), Bahia (2), Tocantins (1) e Pará (1).

Sobre a modalidade de atendimento, os dados revelaram: presencial e *on-line* (50), presencial (9), *on-line* (4) e domiciliar (1). Em relação ao tempo de atuação como psicólogo(a), os resultados foram: 5 a 10 anos (17), 10 a 15 anos (13), 15 a 20 anos (8), 3 a 4 anos (7), 1 a 2 anos (6), 4 a 5 anos (6), 2 a 3 anos (4) e acima de 20 anos (3). Quanto à especialização, 56 possuem curso de pós-graduação, 7 estão cursando e 1 não possui. Quando questionados se atuam em mais alguma área da psicologia: 29 responderam que sim e 25 que não.

Figura 1

Quanto tempo atua como Psicólogo(a) Clínico(a)?
64 respostas



Sobre a quantidade de mulheres em situação de violência atendidas, os resultados foram: 1 a 5 mulheres (22), mais de 20 mulheres (18), 6 a 10 mulheres (10), Apenas 1 mulher (6), 16 a 20 mulheres (3), não souberam precisar a quantidade (3) e 11 a 15 mulheres (2). Ao serem questionados se alguma dessas mulheres desistiram do processo psicoterapêutico por conta da situação de violência: sim (37), não (18), talvez (6) e não sei (3). Em relação a se alguma dessas mulheres buscam psicoterapia por conta da situação de violência: sim (53), não (10), talvez (1). Sobre a realização de encaminhamentos para outros serviços especializados: sim (57), não (5) e talvez (1).

Os serviços especializados que realizaram encaminhamentos são: Psiquiatra (43), advogado(a) (33), Polícia Civil (31), CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (28), UBS- Unidade Básica de Saúde (26), CAPS - Centros de Atenção Psicossocial (20), Judiciário (18), CRAS - Centro de Referência de Assistência Social (17), Polícia Militar (16), Casa De Acolhimento (11), Hospital (9), Dentista (5), NUPREVIPS - Núcleo de Prevenção às Violências e Promoção da Saúde (2), Bombeiros (1) e CRM - Conselho Regional de Medicina (1).

As perguntas abertas foram analisadas e categorizadas, as quais foram agrupadas de acordo com as suas características. Cada pergunta teve a sua grelha de categorias, conforme as tabelas 1, 2, 3 e 4.

Tabela 1

Estratégias que auxiliam nos atendimentos

Categorias	Nº de respostas
Acolhimento	24
Desenvolver o fortalecimento emocional	12
Abordagem psicodramática	10
Técnicas da TCC	9
Referências científicas	8
Contribuiu, mas não especificou como	6
Visualização do ciclo da violência	3
Encaminhamento para a rede	3
Auto percepção	3
Técnicas psicanalíticas	1
Trabalho com grupos	1

Na categoria “Acolhimento”, destaca-se a sua importância como estratégia para ressignificar as experiências de violência, permitindo um ambiente seguro e de confiança. Conforme relatado:

Sim. Nos meus atendimentos, priorizo o fortalecimento de um vínculo saudável. Meu objetivo principal é oferecer uma escuta ativa, focada na atenção e acolhimento dos sinais comportamentais, emoções e sentimentos. Isso ajuda a construir confiança e coragem para discutir situações de violência no ambiente terapêutico (P45).

Já na categoria “Desenvolver o Fortalecimento emocional”, evidencia-se a necessidade de reconstruir a autoestima e a autonomia da mulher, proporcionando recursos para enfrentar a violência. Como mencionado: “[...] costumo trabalhar o fortalecimento delas para o enfrentamento da violência ou proteção, dependendo do caso” (P2).

Tabela 2

Principais desafios no atendimento às mulheres em situação de violência

Categorias	Nº
Naturalização da violência / resistência	13
Manejo clínico	10
Disseram que há desafios, mas não especificaram	10
Desenvolver a independência emocional e financeira	9
Riscos	6
Rede formal/informal	6
Abandono da terapia	5
Sentimentos do(a) psicólogo(a)	3
Mulher se coloca em risco	2

Na categoria “Naturalização da violência/resistência”, pode-se destacar que a violência muitas vezes é percebida como algo cotidiano e inerente às relações, o que dificulta o reconhecimento dela como um problema e a busca por ajuda. Conforme citado pela participante: “O maior desafio foi a dificuldade de reconhecimento das mesmas, da situação que estavam vivenciando” (P39).

Já na categoria “Manejo Clínico”, percebe-se a complexidade no atendimento às mulheres em situação de violências, conforme relatado pelo participante:

Sim, na verdade, vários. Discutir sobre “o que aconteceu”, “quando aconteceu”, “com quem aconteceu”, e “como aconteceu” em cada fase requer tempo e muitas sessões para abordar o tema de forma menos dolorosa. Além disso, não podemos esquecer a complexidade sempre presente em situações de violência. O manejo clínico exige extrema sensibilidade e compreensão de que se trata de um processo delicado, altamente técnico e cauteloso. Cada vez que o(a) paciente consegue falar sobre o assunto e revelar algo, é uma conquista que deve ser reforçada no final das sessões (P45).

Tabela 3

Como o(a) psicólogo(a) pode contribuir para a diminuição da violência?

Categorias	Nº
Fortalecimento	26
Trabalhar a desnaturalização da violência e a identificação dos padrões familiares repetitivos	23
Sensibilização à escuta das violências e respeito à escolha individual	17
Trabalhar em rede e ser parte	15
Trabalhar na prevenção	7
Psicoeducação	6
Estudar constantemente e se basear na ciência	5
Conduta ética	5
Desenvolver a independência emocional e a financeira e identificar os motivos para permanência	5
Contribuiu, mas não especificou como	3

A categoria “Fortalecimento”, citada como a principal forma de contribuição do(a) psicólogo(a), aborda recursos para que as mulheres se sintam preparadas para tomar suas próprias decisões, conforme mencionado pelo participante: “Levando informações, trabalhando o fortalecimento de vínculos, autoestima e auxiliar na busca da independência emocional e financeira” (P47).

Na categoria “Trabalhar a desnaturalização da violência e a identificação dos padrões familiares repetitivos”, percebe-se a necessidade de auxiliar essas mulheres a reconhecerem o padrão em

que estão inseridas e desnaturalizar a violência, conforme citado pelo participante: “Pode auxiliar na desconstrução da naturalização da violência; nas estratégias de enfrentamento, o que também considera a denúncia e modos protetivos de interromper o ciclo da violência, bem como investigar os padrões transgeracionais violentos”(P47).

Tabela 4

Como o (a) psicólogo (a) pode contribuir para a ressignificação da violência sofrida

Categorias	Nº
Fortalecimento e modificação das crenças de merecimento e capacidade	38
Trabalhar o sentimento de culpa e o reconhecimento de crenças e padrões Familiares	29
Acolhimento	16
Ser rede e trabalhar em rede	9
Contribuiu, mas não especificou como	8
Reparação psicológica	7
Psicoeducação	5
Estudar constantemente e se basear na ciência	5

Na categoria “Fortalecimento e modificação da crença de merecimento e capacidade”, percebe-se que o(a) psicólogo(a) busca, por meio do fortalecimento pessoal, ajudar a mulher a reconhecer suas potências, superar crenças limitantes e explorar novas possibilidades para sua vida, conforme relatado pela participante: “Através do fortalecimento de si mesma, enxergando suas próprias potências, encorajando para olhar para novas possibilidades e cuidando dos traumas causados pela violência” (P41).

Enquanto que na categoria “Trabalhar o sentimento de culpa e o reconhecimento de crenças e padrões familiares”, evidencia-se a necessidade de ajudar a mulher a compreender os fatores que influenciam suas vivências, conforme mencionado pelas participantes: “Proporcionando o autoconhecimento e fortalecendo essa mulher, fazendo-a perceber seus padrões, crenças, inseguranças, autoconfiança, a fim de se desvencilhar dessa situação [...]” (P20)

[...] e no processo psicoterapêutico, quando validado pelo paciente em compreender sua forma de agir nos seus relacionamentos, na sua história de vida e instigar a mudar este

padrão. Porque é comum este padrão se repetir em outros relacionamentos. E uma forma desta mulher entender o seu papel na situação de agressão. O que levou a estas escolhas e como traçar novas perspectivas de vida sem a violência (P43).

Discussão

Observou-se nessa pesquisa, que as mulheres cisgênero (57 participantes) ainda predominam o mundo da Psicologia, o que pode estar ligado a uma construção social e de gênero, as quais influenciam na escolha da carreira. Figuerêdo e Cruz (2017) apontam como explicação para isso que algumas profissões estão culturalmente associadas ao cuidado, tendo as atribuições e as funções ligadas às mulheres.

A maioria dos(as) participantes (50) atende na modalidade presencial e *on-line*. Após a pandemia, muitos(as) psicólogos(as) adotaram a modalidade *on-line* em seus atendimentos, facilitando que os pacientes os quais não conseguem comparecer presencialmente tenham mais acessibilidade. Além disso, com a pandemia, houve um aumento da demanda por saúde mental, o qual, juntamente com o contexto de isolamento social, fez com que aumentasse a demanda por serviços *on-line* (Viana, 2020).

Ao adentrar no tema da violência, os entrevistados trouxeram que atenderam somente de 1 a 5 mulheres (22 participantes) em situação de violência, contudo, de acordo com a pesquisa Visível e Invisível, 43% das mulheres com mais de 16 anos já sofreram algum tipo de violência por parte dos parceiros íntimos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), ou seja, as mulheres que estão nessa situação têm mais dificuldade em chegar na terapia. Essa baixa procura por atendimento psicológico pode estar associada a diversos fatores, entre eles a dificuldade das mulheres em expressar seu sofrimento e a tendência de buscar aspectos positivos no companheiro, mantendo a esperança de que ele possa mudar. Além disso, concepções patriarcais atuam como obstáculos, pois prezam a preservação do casamento e reforçam a dependência em relação à autoridade masculina, dificultando ainda mais a busca por ajuda (Moraes, 2022).

Em relação a se alguma dessas mulheres buscaram psicoterapia por conta da situação de violência, a maioria (53 participantes) apontou que sim, demonstrando que as mulheres enxergam a psicoterapia como um recurso para enfrentar a violência. Silva et al. (2020), afirmam que o atendimento psicológico é importante no enfrentamento da violência contra a mulher, pois pode ajudá-las a compreender melhor a dinâmica em que está inserida, fortalecendo e criando novas perspectivas.

Os riscos como resposta aos desafios nos atendimentos (6 respostas na categoria) variam entre o aumento da violência, isolamento, ineficácia da justiça, entre outros. Para Silva (2017), a falta de profissionais para fiscalização dificulta o atendimento de demandas de violência doméstica. Além disso, a maioria dos(as) psicólogos(as) (57) afirmaram que houve a desistência do processo psicoterapêutico, assim como apontaram como desafios o abandono da terapia (5 respostas na categoria), mostrando que ainda há uma dificuldade na acessibilidade dessas mulheres a chegarem e continuarem no processo. Um dos principais obstáculos apontados na busca ou continuação no processo de ajuda são: o alto custo, burocratização, respostas inadequadas dos profissionais e pouco efetivas (Hanada, 2008).

O manejo do atendimento clínico (10 respostas na categoria) também é visto como um desafio para os(as) participantes, pois a mulher em situação de violência pode ter dificuldade na criação de vínculo e expressar sobre as violências sofridas. Para isso, é indicado a utilização do manejo clínico com acolhimento e articulação com outros serviços para diminuir os riscos (Freitas & Silva, 2019).

Em concordância com os autores, os(as) participantes apontaram a importância do acolhimento, estando em primeiro lugar das respostas sobre as técnicas mais utilizadas (24 respostas) e terceiro nas ressignificações (16 respostas), evidenciando que é essencial no atendimento clínico de mulheres em situação de violência, pois envolve uma escuta sensível e um lugar seguro para elas. Deste modo, o acolhimento deve envolver uma escuta sensível e um atendimento individualizado, que reconheça a singularidade de cada mulher, identificando riscos e vulnerabilidades.

Essa abordagem permite organizar o atendimento para atender demandas específicas e entender as necessidades de cada uma (Martins et al., 2016). Do mesmo modo, Adames et al. (2018) ressaltam que o acolhimento possibilita à mulher uma nova perspectiva sobre si mesma, mudando o foco da violência para diversos aspectos de sua vida.

Na mesma perspectiva, a escuta sensível às violências e o respeito à escolha individual da mulher foram bastante apontados nas respostas dos(as) participantes (17 respostas na categoria), pois proporcionam um lugar seguro para que essa mulher consiga trabalhar as situações vividas, sem julgamentos, questionamentos ou pressões para que tome uma decisão imediata, buscando auxiliá-la na busca de novos significados para as violências sofridas (Vasconcelos, 2017).

Do mesmo modo, o fortalecimento apareceu como um elemento importante nas respostas sobre as técnicas (12 respostas na categoria), em como o(a) psicólogo(a) pode contribuir (26 respostas na categoria) e em como pode ressignificar essas violências (38 respostas na categoria). Esse fortalecimento pode ser realizado de diversas maneiras, como resgatando a autonomia e a autoestima, orientando sobre direitos, reconhecendo a violência e contribuindo na superação da condição de vítima (Hanada et al., 2010). Além disso, Carneiro et al. (2021) enfatizam a importância de fortalecer redes formais e informais para que essas mulheres consigam romper o ciclo da violência. Da mesma forma, a autopercepção (3 respostas na categoria das técnicas) faz com que a mulher entenda e perceba a situação na qual está inserida e, a partir daí, comece o processo de quebra desse ciclo e ressignificação dessas violências.

Contudo, foi apontado como um desafio os sentimentos do(a) psicólogo(a) (3 respostas na categoria) em lidar com a própria frustração e respeitar a decisão da mulher frente a uma escolha referente à situação de violência. Por isso, é importante reconhecer e trabalhar os sentimentos do(a) psicólogo(a) em relação ao atendimento de mulheres em situação de violência, para uma melhor qualidade do atendimento. Portanto, é recomendado que os(as) psicólogos(as) façam supervisão com

outros profissionais para uma melhor compreensão dos casos. É importante investir na construção de novas práticas que tenham flexibilidade e fundamentação (CREPOP, 2013).

Em concordância, os (as) participantes apontaram que o estudo constantemente e o embasamento na ciência apareceram como respostas em 3 das 4 perguntas abertas [técnicas (8), contribuições (5) e ressignificações (5)]. A psicologia é uma profissão que está em constante evolução; portanto, é importante que o profissional continue se atualizando para um atendimento mais eficaz. Afinal de contas, um dos princípios do código de ética é que “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática” (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005, p. 7).

A conduta ética também surgiu na categoria de contribuições para a diminuição das violências (5 respostas), sendo apontada como fundamental para que o(a) psicólogo(a) consiga fazer um atendimento eficaz, garantindo a confidencialidade, a ausência de julgamentos e uma escuta sensível, além de fornecer informações e capacitar-se sempre, novamente respaldada no Código de Ética Profissional do(a) Psicólogo(a) (CFP, 2005).

Ademais, os(as) participantes trouxeram a utilização da psicoeducação como resposta à contribuição da psicoterapia (6 respostas na categoria) e ressignificação das violências (5 respostas na categoria), pois esta tem como objetivo trabalhar a conscientização sobre a violência. Deste modo, ela pode ser utilizada para trabalhar a autonomia, reconhecer sinais de relacionamentos abusivos, criar estratégias para lidar com as marcas do abuso e trabalhar os sentimentos de culpa e de vergonha da mulher em relação às violências sofridas. Isso a fortalece para que consiga compreender os recursos que estão disponíveis, como funciona o ciclo da violência e as redes de apoio, além de se autoconhecer e evitar a revitimização (Petersen et al., 2019).

Foi apontada a utilização de técnicas baseadas em abordagens como Psicodrama (10), TCC (9) e Psicanálise (1), que contribuem de maneiras diversificadas para a ressignificação dessas violências,

possibilitando que cada profissional possa adaptar suas intervenções conforme a situação. Para o CREPOP (2013), o(a) psicólogo(a) deverá se basear em referências técnicas e metodologias que tenham validação científica, para que se tenha um atendimento ético e de qualidade nos serviços prestados.

Um achado muito importante nessa pesquisa é que a maioria dos profissionais entrevistados percebeu a necessidade de fazer encaminhamentos para serviços especializados (57 respostas) para que essas mulheres recebam o suporte necessário. Contudo, a literatura aponta que é importante fazer o encaminhamento adequado e com estratégias de prevenção, utilizando um trabalho multidisciplinar, além de conhecer o funcionamento dos serviços especializados, assim, contribuindo para a eficiência dos encaminhamentos (Gomes et al., 2015; Lettiere & Nakano, 2015).

A Psiquiatria (43 respostas) surgiu como a área para a qual mais se encaminha, mostrando que ainda existe um processo de “medicalização” da vítima, tratando-a de forma individualizada e deixando de lado os fatores sociais. Os fenômenos sociais estão sendo reduzidos a sintomas do corpo, deixando de lado aspectos importantes, como a dimensão sociocultural, que também gera sofrimento e adoecimento, trabalhando de forma individualizada e fragmentando os serviços (D’Oliveira et al., 2020).

As redes de apoio foram citadas em todas as quatro perguntas: técnicas (3 respostas na categoria), desafios (6 respostas na categoria), contribuições (15 respostas na categoria) e ressignificações (9 respostas na categoria). Isso mostra que, ao mesmo tempo que elas podem ser uma contribuição, também são um desafio, evidenciando sua relevância para que a mulher conheça as redes formais de serviços especializados e fortaleça as informais. De acordo com Dutra et al. (2013), uma rede de apoio enfraquecida impede que a mulher consiga se libertar, pois ela sente que não é amada e acaba se isolando, o que dificulta sua saída dessa situação. Além disso, a vergonha, a falta de conhecimento sobre seus direitos e a tentativa de resolver o problema somente no seio familiar fazem com que a mulher se mantenha afastada das redes formais. Quanto mais consolidada estiver a rede informal,

mais favorecida estará a possibilidade de a mulher procurar ajuda nas redes formais, cujo acesso é um direito garantido na Lei Maria da Penha (Silva et al., 2012).

Ainda, foi percebido que a naturalização da violência e o reconhecimento das crenças e padrões de violência entram como desafios (13 respostas na categoria) para os (as) psicólogos (as), pois geralmente é observado um padrão dentro da família, no qual vão se perpetuando essas crenças e valores que foram internalizados, fazendo com que seja necessário trabalhá-los para contribuir para a ressignificação dessas violências. As vivências ao longo do ciclo de vida familiar podem influenciar no comportamento, sendo funcionais ou não. Os membros dessa família podem repetir essas violências, estabelecendo relações semelhantes, pois essa configuração está internalizada no indivíduo. A naturalização da violência faz com que a mulher não perceba que está em um ciclo de violência; por isso, é importante trabalhar a categorização e a visualização do ciclo da violência, mostrando à mulher como este funciona e as suas fases (Sant’Anna & Penso, 2017).

Outro ponto que compõe o ciclo da violência é a dependência financeira e a emocional (5 respostas na categoria desafios), as quais dificultam a saída da mulher, pois muitas vezes ela não tem recursos e é constantemente manipulada. Para Peinado e Petean (2019), a dependência financeira é um dos motivos que dificultam a saída da mulher da situação de violência; por possuírem renda inferior ou nenhuma renda, elas não conseguem romper esse vínculo por falta de perspectiva no mercado de trabalho. A situação torna-se ainda mais desafiadora quando há filhos envolvidos e a mulher não dispõe de renda suficiente para sustentá-los. Segundo Gomes et al. (2015), estudos feitos com mulheres em situação de violência mostraram a importância de políticas voltadas à geração de renda e acesso à moradia, que atendam e priorizem as necessidades das mulheres. Além disso, a dependência emocional faz com que as mulheres dependem da aceitação e do reconhecimento do outro, pois não acreditam no seu valor. Isso faz com que muitas vezes elas aceitem determinadas situações por medo de serem abandonadas (Schmitt, 2016).

Como auxílio para romper com essa dependência, os(as) participantes apontaram a reparação psicológica (7 respostas na categoria), pois esta auxilia na restauração da saúde mental, na superação de traumas e na reconstrução da autoestima e da autonomia, auxiliando na ressignificação das violências sofridas. Isso ocorre porque algumas alterações psíquicas podem surgir na mulher após as experiências traumáticas, como estresse pós-traumático, quadros de depressão, ansiedade, isolamento e baixa autoestima (Medeiros, 2010).

Apontaram também o trabalho com grupos de mulheres em situação de violência, pois este permite o compartilhamento das experiências com outras pessoas, fazendo com que percebam que não estão sozinhas. Desse modo, promove-se o acolhimento e o apoio entre elas, fortalecendo a autoestima. O grupo oferece um espaço para trabalhar o empoderamento, reavaliar comportamentos e relações e fortalecer as redes de apoio (Meneghel et al., 2003).

Trabalhar a prevenção como resposta às contribuições para diminuição das violências (7 respostas na categoria) é a melhor opção para que se consigam disseminar as informações sobre o que é violência contra a mulher, seus direitos e como reconhecer os padrões. Para isso, é fundamental inserir essa temática nas escolas, implementar políticas públicas, promover campanhas educativas e disseminar informações sobre a Lei Maria da Penha (Universidade Federal do Pampa [UNIPAMPA], 2022).

Considerações Finais

Nesta pesquisa tivemos como objetivo compreender as percepções dos(as) psicólogos(as) que atuam na clínica sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. Foi percebido que, apesar do alto índice de mulheres que já foram vítimas de violência, muitas delas não chegam à psicoterapia. Podem-se considerar como obstáculos o alto custo e o manejo inadequado, o que resulta em uma dificuldade na criação de vínculos. O acolhimento é uma das principais técnicas utilizadas, oferecendo uma escuta sensível, um ambiente seguro e respeitando a escolha individual da mulher. O que

também pode ser um desafio para o(a) psicólogo(a), lidar com a própria frustração frente a uma escolha diferente da que era esperada. Por isso, é recomendado que este trabalhe os seus sentimentos e aprenda a lidar com suas próprias frustrações.

Estudar constantemente e utilizar técnicas baseadas na ciência são atitudes essenciais, pois o atendimento a mulheres em situação de violência está em constante evolução. Além disso, é de extrema importância aprofundar-se nas causas e nos aspectos sociais e culturais, entre outros. O fortalecimento das mulheres em situação de violência por meio da psicoeducação e do trabalho em grupo é uma contribuição importante na ressignificação dessas violências. Assim como a identificação da violência e de seu ciclo, o reconhecimento dos padrões também foi apontado como contribuição do papel do(a) psicólogo(a).

Grande parte dos entrevistados faz encaminhamentos para as redes de apoio formais, com destaque para a Psiquiatria, que foi a mais citada. Isso mostra que ainda há uma redução apenas aos sintomas físicos, deixando de lado outros fatores importantes, como o sociocultural. A naturalização da violência ainda está muito enraizada na sociedade, pois é um padrão que vai sendo passado de geração em geração e, muitas vezes, é considerada algo normal, fazendo com que muitas mulheres não percebam que estão em um relacionamento abusivo.

A dependência financeira e emocional também contribui para que essas mulheres não consigam sair da situação em que estão inseridas, pois muitas vezes estão em situações de vulnerabilidade social e dependentes emocionalmente. As experiências traumáticas contribuem para que a mulher tenha sua saúde mental comprometida, sendo necessária a restauração dela por meio da reconstrução da autoestima e da ressignificação das violências.

Por fim, o atendimento a mulheres em situação de violência deve sempre estar embasado na ética e na ciência, utilizando-se técnicas que auxiliem nesse atendimento, com um ambiente acolhedor, com uma escuta sensível às violências e sem julgamentos. Trabalhar a prevenção é a melhor maneira para a diminuição da violência contra a mulher.

Essa pesquisa teve como limitação a amostra reduzida, o que pode restringir a generalização dos resultados para diferentes contextos e realidades. Além disso, a ausência de uma abordagem longitudinal impediu a análise de efeitos a longo prazo das intervenções terapêuticas. Sugestões para futuras pesquisas incluem a ampliação da amostra, a realização de estudos longitudinais e a análise de diferentes contextos socioculturais, a fim de enriquecer os achados e contribuir para práticas mais abrangentes e efetivas.

Referências

- Adames, B., Bonfíglio, S. U., & Becker, A. P. S. (2018). Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(2), 1-12. https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2980/1915
- Audi, C. A. F., Corrêa, A. M. S., Turato, E. R., Santiago, S. M., Andrade, M. D. G. G., & Rodrigues, M. S. P. (2009). Percepção da violência doméstica por mulheres gestantes e não gestantes da cidade de Campinas, São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 587-594. <https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n2/587-594/pt>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Biella, J. L. (2005). *Mulheres em situação de violência: Políticas Públicas. Processo de Empoderamento e a intervenção do Assistente Social* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/118557/286678.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Brandt, T. G., Introvini, E. T., & Rovere, L. V. V. (2023). A psicologia e o enfrentamento à violência contra a mulher. *Anais do Salão de Iniciação Científica e Tecnológica*. CESCAGE. <https://www.phantomstudio.com.br/index.php/sic/article/view/2852>
- Buonicore, A. C. (2009). As mulheres e os direitos políticos no Brasil. In D. N. Nazário (Org.), *Voto feminino & feminismo* (pp. —). Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Externos/BUONICORE_Augusto_-_As_mulheres_e_os_direitos_politicos_no_Brasil.pdf
- Camargos, D. O., Amaral, M. H., & Pacheco, I. C. (2023). A importância da atuação do psicólogo nos casos envolvendo violência doméstica e familiar contra. *Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro*, 2(1). Recuperado em 20 de abril de 2024 de <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/815>

- Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Almeida, L. C. G. D., Campos, L. M., Magalhães, J. R. F., Lírio, J. G. D. S., ... & Costa, D. S. G. D. (2021). Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem*, 34, eAPE001555. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO001555>
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2013). *Documento de referência para atuação do psicólogo em programas de atenção à mulher em situação de violência*. Conselho Federal de Psicologia. <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/006-Crepop-Referencias-tecnicas-para-atuacao-em-programas-de-atencao-a-mulher-em-situacao-de-violencia.pdf>
- Cisne, M. (2015). Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. *Serviço Social em Revista*, 18(1), 138-154. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v18n1p138
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Curia, B. G., Gonçalves, V. D., Zamora, J. C., Ruoso, A., Ligório, I. S., & Habigzang, L. (2020). Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-19. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189184>
- Delziovo, C. R., Taquette, S. R., de Carvalho, M. G. O., Coelho, E. B. S., de Oliveira, C. S., Warmling, D., & Bolsoni, C. C. (2022). *Guia para o manejo de situações de violência doméstica contra a mulher na APS*. Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado em 15 de novembro de 2024 de https://unasus.ufsc.br/saudedamulher/files/2022/02/CARTILHA_ViolenciaMulheres_V2-1.pdf
- D'Oliveira, A. F. P. L., Pereira, S., Schraiber, L. B., Graglia, C. G. V., Aguiar, J. M. D., Sousa, P. C. D., & Bonin, R. G. (2020). Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 24, e190164. <https://doi.org/10.1590/Interface.190164>
- D'Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2013). Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. *Revista De Medicina*, 92(2), 134-140. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v92i2p134-140>
- Dutra, M. D. L., Prates, P. L., Nakamura, E., & Villela, W. V. (2013). A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18, 1293-1304. <https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n5/1293-1304/pt>
- Falcke, D., & Wagner, A. (2014). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-46). EDIPUCRS.
- Figuerêdo, R. B. D., & Cruz, F. M. L. (2017). Psicologia: profissão feminina? A visão dos estudantes de Psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 25, 803-828. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p803>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3a ed.). Editora Artmed.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil* (4a ed.). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado em 03 de outubro de 2024 de <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/224>
- Fraga, C. K. (2012). A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada. *Serv. Soc. Soc*, 110, 369-397. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- Frederico, A. C. de M., & Gomes, H. A. (2021). Formação em psicologia, intersetorialidade e rede de enfrentamento à violência contra a mulher. *Monumenta - Revista De Estudos Interdisciplinares*, 1(2), 242-268. Recuperado em 20 de abril de 2024 de <https://monumenta.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/33>

- Freitas, C. G., & da Silva, R. B. (2019). A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. *Revista Mosaico*, 10(1). <https://doi.org/10.21727/rm.v10i1.1778>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed). Atlas.
- Gomes, N. P., Erdmann, A. L., Stulp, K. P., Diniz, N. M. F., Correia, C. M., & Andrade, S. R. D. (2014). Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. *Psicologia USP*, 25, 63-69. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642014000100007>
- Gomes, N. P., Erdmann, A. L., Mota, L. L., Carneiro, J. B., de Andrade, S. R., & Koerich, C. (2015). Encaminhamentos à mulher em situação de violência conjugal. *O Mundo da Saúde*, 37(4), 377-384. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/encaminhamentos_mulher_situacao_violencia_conjugal.pdf
- Grossi, P. K., Tavares, F. A., & de Oliveira, S. B. (2008). A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *Athenea digital*, 14, 267-280. https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8144/2/A_Rede_de_Protecao_a_Mulher_em_Situacao_de_Violencia_Domestica_avancos_e_desafios.pdf
- Hanada, H. (2008). *Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-02062008_103651/publico/HeloisaHanada.pdf
- Hanada, H., D'Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2010). Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Revista Estudos Feministas*, 18, 33-60. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100003>
- Lettiere, A., & Nakano, A. M. S. (2015). Rede de atenção à mulher em situação de violência: os desafios da transversalidade do cuidado. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 17(4), 32977-32977. <https://doi.org/10.5216/ree.v17i4.32977>
- Martins, L. D. C. A., Silva, E. B. D., Costa, M. C. D., Colomé, I. C. D. S., Fontana, D. G. R., & Jahn, A. D. C. (2016). Violência contra mulher: acolhimento na estratégia saúde da família. *Ciênc. cuid. saúde*, 507-514. <http://dx.doi.org/10.4025/ciencucidsaude.v15i3.31422>
- Medeiros, M. N. (2010). *Violência conjugal: repercussões na saúde mental de mulheres e de suas filhas e seus filhos adultos/os jovens*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. https://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/14080/1/2010_MarcelaNovaisMedeiros.pdf
- Meneghel, S. N., Barbiani, R., Steffen, H., Wunder, A. P., Roza, M. D., Rotermund, J., & Korndorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(4), 955-963. Recuperado em 17 de novembro de 2024 de <https://www.scielo.org/pdf/csp/v19n4/16845.pdf>
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Moraes, M. H. (2022). *Reflexões sobre a escuta psicológica no atendimento de mulheres vítimas de violência* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Santa Cruz do Sul]. Recuperado em 22 de novembro de 2025 de <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3393>
- Oliveira, G. R. D. S. A. (2010). A aplicação da teoria do psicodrama na prática com mulheres em situação de violência conjugal: uma reflexão teórica. *REVISE-Revista Integrativa em Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde*, 1, 1-10. <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/revise/article/view/1644>
- Organização Mundial de Saúde. (2002). *Relatório Mundial de Violência e Saúde*.
- Paula, P. L.; Riva, L. C. (2018). Evolução histórica dos direitos das mulheres no direito de família brasileiro. *Revista Jus Navigandi*, 23(5546). <https://jus.com.br/artigos/62448>

- Peinado, M. F. R. L., & Petean, F. A. (2019). *Violência doméstica face a dependência financeira da vítima*. [Apresentação de Trabalho]. XV Jornada de Iniciação Científica e IX Mostra de Iniciação Tecnológica, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo. <http://eventoscopq.mackenzie.br/index.php/jornada/xvjornada/paper/viewPaper/1354>
- Petersen, M. G. F., Zamora, J. C., Fermann, I. L., Crestani, P. L., & Habigzang, L. F. (2019). Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica: revisão sistemática. *Psicologia Clínica*, 31(1), 145-165. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v31n1/08.pdf>
- Pontes, L. B., Dionísio, M. B. R., Bertho, M. A. C., Grama, V. D., & D'Afonseca, S. M. (2021). Redes de Apoio à Mulher em Situação de Violência durante a Pandemia de Covid-19. *Revista Psicologia e Saúde*, 13(3), 187-201. <https://doi.org/10.20435/pssa.v13i3.1413>
- Rodrigues, Z, M. S. P. (2009). Percepção da violência doméstica por mulheres gestantes e não gestantes da cidade de Campinas, São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 587-594. <https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n2/587-594/pt>
- Sant'Anna, T. C. & Penso, M. A. (2017). A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33427>
- Santos, E. R., Costa, B. R. V., Mata, D. K. A., Cunha, A. C., Amorim, A. S., Silva, E. U. M., Gonçalves, R. E., & Fernandes, K. C. (2023, 9 de dezembro). Violência contra a mulher: atuação do psicólogo. *Revista FT*, 27(129). <https://doi.org/10.5281/zenodo.10324110>
- Schmitt, N. G. (2016). *A influência da cultura patriarcal na produção de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social no município de Araranguá/SC*. [Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL]. Ensino Superior SED SC. <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Nayara.pdf>
- Schraiber, L. B., & D'Oliveira, A. F. P. (2008). Romper com a violência contra a mulher: como lidar desde a perspectiva do campo da saúde. *Athenea Digital*, (14), 229-236. <https://raco.cat/index.php/Athenea/article/view/120295>
- Silva, R. D. A., Araújo, T. V. B. D., Valongueiro, S., & Ludermir, A. B. (2012). Enfrentamento da violência infligida pelo parceiro íntimo por mulheres em área urbana da região Nordeste do Brasil. *Revista de saúde pública*, 46, 1014-1022. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102013005000007>
- Silva, R. F. B. D. (2017). *A ineficácia das medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará]. Repositório Institucional UNIFESSPA. <http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/908>
- Silva, H. C. S., Ataíde, M. F. B., & Moreira, T. D. S. (2020). Atenção psicológica à mulher em situação de violência doméstica no Brasil: uma revisão integrativa. *Textura*, 14(2), 95-102. https://doi.org/10.22479/texturav14n2p95_102
- Souza, M. B. & Silva, M. F. S. D. (2019). Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. *Pensando famílias*, 23(1), 153-166. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2019000100012&script=sci_arttext
- Universidade Federal do Pampa. (2022). *Cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher*. UNIPAMPA. Recuperado em 05 de novembro de 2024 de <https://sites.unipampa.edu.br/progepe/files/2022/11/cartilha-violencia-mulher.pdf>
- Vasconcelos, C. M. (2017). *Violência contra a mulher: Uma revisão integrativa sobre os fazeres da psicologia* [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade Federal do Ceará]. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42460>

- Viana, D. M. (2020). Atendimento Psicológico Online no Contexto da Pandemia de Covid-19. *Cadernos ESP*, 14(1), 74-79.
<https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/399/215>
- Zanão, T. G. L. de S. (2024). Direitos das mulheres sob o aspecto da dignidade da pessoa humana. *Jus.com.br*. Recuperado em 21 de novembro de 2025 de jus.com.br/artigos/108137